



Editorial

Água, cidade, cidadania

A urbanização das populações no planeta atingiu proporções nunca antes observadas na história da humanidade. Atualmente, mais da metade dos 8 bilhões de habitantes vivem em áreas urbanas, e as previsões indicam que esse número pode chegar a 68% até 2050 (ONU Habitat, 2022). Esse crescimento populacional acelerado traz consigo a crescente escassez de recursos, principalmente no que diz respeito à água, prevendo-se um aumento de 55% na demanda hídrica até 2050. Esse desafio complexo está intrinsecamente relacionado ao impacto das mudanças climáticas, à expansão populacional e urbana e à poluição das fontes hídricas.

A história das civilizações humanas mostra a importância das relações entre os grupos humanos e suas fontes de água. As grandes civilizações hidráulicas floresceram graças às intervenções nos leitos e vales fluviais para fins de irrigação agrícola e navegação. Com o avanço da industrialização, novos usos da água surgiram, como o fornecimento de água potável, geração de energia e controle de enchentes, além da transposição de águas de áreas úmidas para áreas áridas, visando incentivar o crescimento urbano.

Entretanto, esse desenvolvimento acelerado não ocorreu de forma equitativa, resultando em uma distribuição desigual e injusta de recursos essenciais, como água, energia e alimentos, com impactos significativos na saúde, bem-estar humano, meio ambiente e economia. As comunidades ribeirinhas são forçadas a se deslocar, e aglomerados humanos desprovidos de infraestrutura básica se formam em áreas de risco, sujeitos a desastres hidrológicos e geológicos.

Essa situação é agravada pelo predomínio de uma abordagem de planejamento urbano que prioriza infraestruturas cinzas e que trata a água como um bem privado, regido pelos interesses dos mercados financeiros. Nesse contexto, é fundamental promover uma transição para uma gestão sustentável e resiliente da água nas cidades, adotando soluções baseadas na natureza (SBN) para mitigar problemas de drenagem urbana e considerando a ciência transdisciplinar do multiperspectivismo dos agentes sociais.

Para enfrentar esses desafios, é essencial uma revisão profunda dos paradigmas técnicos que sustentaram o planejamento urbano até o momento, buscando uma adaptação consciente e responsável às mudanças climáticas. Isso envolve





uma mudança de valores e conceitos, trabalhando em múltiplas escalas com uma abordagem sistêmica que ultrapasse modelos setorializados de políticas públicas. Além disso, é fundamental reconhecer que a superação desse cenário requer ações de adaptação que representam mudanças políticas, de gestão e estruturais em longo prazo, buscando um estado sustentável em vez de uma condição de insustentabilidade persistente.

Para alcançar o objetivo de cidades sensíveis à água e promover a justiça ambiental, é necessário compartilhar experiências e conhecimentos para cocriar soluções, ampliar e universalizar o acesso à água potável e saneamento básico e estabelecer políticas de suporte para as populações mais vulneráveis. Além disso, é preciso enfrentar os efeitos das mudanças climáticas, adaptando as infraestruturas urbanas, paisagens das cidades e educando as populações para um uso responsável desse recurso vital para a vida no planeta.

Em face desses desafios complexos e urgentes, é essencial que governos, sociedade civil e setor privado atuem de forma colaborativa e comprometida com a busca de soluções inovadoras. O caminho para um futuro sustentável passa por um planejamento urbano holístico, que valorize a preservação dos recursos hídricos, a equidade social e a resiliência das cidades diante das mudanças climáticas. É imprescindível investir em pesquisas, tecnologias limpas e políticas públicas inclusivas, para que todos possam ter acesso a uma vida digna e próspera, em harmonia com o meio ambiente.

Além disso, é crucial que as ações em prol de uma gestão hídrica urbana sustentável estejam alinhadas com uma conscientização ampla e constante da população. Somente através da educação ambiental e do engajamento cívico poderemos criar uma cultura de respeito à água e ao meio ambiente em geral. Essa mudança de mentalidade será determinante para a construção de cidades verdadeiramente resilientes e comprometidas com a qualidade de vida das pessoas e a preservação do planeta.

Portanto, o futuro das cidades e da humanidade está intrinsecamente ligado à forma como lidamos com os recursos hídricos e o meio ambiente como um todo. O desafio é grande, mas a oportunidade de promover mudanças significativas e positivas é ainda maior. Cabe a cada um de nós assumir a responsabilidade por essa jornada coletiva em direção a cidades sustentáveis, inclusivas e sensíveis à água, onde todos possam prosperar em harmonia com a natureza.

O Edital para a publicação dos *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* para 2023-2, a partir de um olhar pós-colonial, propôs uma reflexão





sobre a paisagem, no sentido de um resgate da água como direito essencial. Nesse contexto, convidou docentes, discentes da pós-graduação e profissionais do projeto a enviar artigos discutindo a temática ou expandindo seus horizontes de modo a mobilizar conceitos e práticas de reparação da paisagem e da desagregação de experiências.

Considerações/Recomendações/Ensinamentos para o Projeto, a partir de estudos de caso, ou reflexão sobre novos arcahouços conceituais e metodológicos em: **Assistência técnica habitacional em favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: a abordagem da questão das águas e a salubridade do habitat; Estratégias para a regeneração econômica e territorial do rio Magdalena; Os componentes sociais e as imagens-alvo na requalificação fluvial do Rio Piraquara, Realengo (RJ); Paisagem, raça e justiça ambiental em Macapá (AP): reflexões sobre a trama hídrica e sociorracial de uma cidade amazônica.**

Outros artigos estudam a importância da legislação de proteção aos cursos d'água em **Dimensão das Áreas de Preservação Permanente (APPs): considerações sobre o rio Itaquarinchim;** também a singularidade do desenvolvimento urbano atrelado à presença da água pelo viés da história e do desenvolvimento social e econômico, como **Quando as nascentes termais ordenam cidades: estudos de caso em Caldas da Rainha (Portugal) e Poços de Caldas (Brasil);** o questionamento de transformações urbanas com foco mais no turismo e menos no meio ambiente em **A cidade e o mar: reflexões sobre a região portuária do Rio de Janeiro;** o engajamento social contra os avanços à expansão urbana comprometida com os órgãos de planejamento da região como um **Engajamento social como princípio para criação de Comitê de Sub-Bacias Hidrográficas e Integração Institucional de Planejamento da Água: as práticas comunitárias sensíveis à água da Serrinha do Paranoá (DF).**

*Afonso Celso Vanoni de Castro
Maria Isabel Villac*

